



Sir Jeremy Morse

# "Brasil precisa saber o que quer"

por Tom Camargo  
de Londres

Dois importantes banqueiros britânicos acreditam que o governo brasileiro terá de arrostar, no médio prazo, as consequências políticas e sociais do esforço de rearranjo da economia segundo os cânones do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A única saída viável — a não ser que se trilha a rota do isolacionismo — desembocaria de forma inevitável num estreitamento ainda maior dos laços que ligam o País à comunidade internacional de bancos, aos governos ocidentais e aos organismos de ajuda multilateral.

Falando a este jornal em Londres, o presidente do Lloyds Bank, sir Jeremy Morse, saudou como positivas as medidas anunciadas nesta semana, mas insistiu em que "o País precisa decidir o que quer; é necessária certa autoridade, mas utilizada de forma a não pôr a perder o que se ganhou em matéria de democracia. Há pouco espaço para manobra sem que se fira ainda mais a população. Acho que todo mundo concorda em que a carga precisa ser dividida por toda a sociedade".

Morse, cujas falas são de especial interesse para o Brasil, pois um dos braços do grupo que dirige, o Lloyds Bank International, faz parte do comitê de bancos que agora assessora o País, acredita que o acerto com o FMI é condição "sine qua non".

(Continua na página 14)

## CRÉDITO

# "Brasil precisa saber o que..."

por Tom Camargo  
de Londres  
(Continuação da 1ª página)

para qualquer outro desdobramento, ele diz "é natural haver dúvidas sobre pontos específicos do que cada uma das partes defende", mas que isso não deve servir como empecilho para um acerto "no que é essencial, naquilo que realmente é importante". Morse é um sujeito longilíneo, de maneiras aristocráticas e cautela diplomática. O que ele quer dizer com "pontos específicos" e "essencial", traduziu um seu assessor, é que tanto os técnicos das missões enviadas pelo FMI quanto os funcionários econômicos do governo brasileiro estariam em desacordo sobre questões acadêmicas. E que, na prática, os tomadores de empréstimos enfrentarão condições mais duras, os governos terão de assumir maiores responsabilidades em relação aos débitos privados, "tudo a um custo elevado, doloroso tanto para os clientes quanto para os banqueiros".

### MELHOR RISCO

Em Glasgow, Escócia, o superintendente regional do Royal Bank of Scotland, J.F. Paton, disse que, "mesmo sem petróleo, o Brasil é, de longe, ainda hoje, o melhor risco do Terceiro Mundo". Ele acha que, apesar de o México ter-se saído melhor no primeiro round de negociações com seus credores, o Brasil teria apostado numa solução mais complexa, envolvendo acertos internos, entre diversos setores da sociedade, "que resultarão em algo mais estável e confiável".

O Royal Bank of Scotland não tem um portfólio de peso no Brasil. Mas participou de várias operações sindicalizadas e ainda mantém depósitos em bancos brasileiros na City. Paton acha que os próprios bancos se encarregaram de fazer "certa estridência" em torno do caso brasileiro. Ele diz, com mordacidade, que os banquei-

ros muitas vezes se assemelham a lêmures, os pequenos roedores que cometem suicídio coletivo atirando-se ao mar. "Todo mundo foi atrás dos grandes e agora quer culpar os devedores", comenta.

Tanto Paton quanto Morse não creem viável um rompimento entre os grandes endividados e seus banqueiros.

"Países como o Brasil, o México e a Argentina estão atados de forma definitiva ao sistema financeiro mundial", disse o presidente do Lloyds Bank. E se um deles se recusasse a pagar, por exemplo, os juros de seus empréstimos? "Bastaria cortar as linhas de crédito comercial para se conseguir uma recomposição", diz Morse. E se mesmo assim um país como o Brasil resolvesse optar pelo isolamento? "Seria o fim do sistema bancário interfronteiras e daí para a frente fica difícil prever qualquer coisa."

### SOLUÇÃO

Acertar com o Fundo Monetário Internacional, aceitando todas as condições que surgirem, essa é a solução que ambos os banqueiros indicam para o Brasil. Sir Jeremy Morse diz que isto limparia o curto prazo, permitindo que os bancos comerciais retornassem ao que qualifica de "padrões de empréstimos mais estáveis". Ele está participando de dois grupos que discutem o assunto e diz que alguns pontos já podem ser tomados como definidos.

Um deles é a diminuição substantiva dos empréstimos fornecidos pelo sistema bancário privado. Entre 1971 e 1982 a participação percentual dos bancos comerciais no total de operações financeiras cresceu de 5 para 27%, com um decréscimo mais ou menos proporcional na ação de agentes como Banco Mundial e outros de ajuda multilateral. Agora a reinversão dos papéis parece ser o caminho mais popular entre os grandes emprestadores.